

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE
E SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE ECONOMIA

MARCELO FERNANDES DE LIMA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS RESULTADOS NOS ÍNDICES DE
POBREZA

FORTALEZA

12/2008

MARCELO FERNANDES DE LIMA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS RESULTADOS NOS ÍNDICES DE POBREZA

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Eurípedes E. Rocha

FORTALEZA

2008

MARCELO FERNANDES DE LIMA

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SEUS RESULTADOS NOS ÍNDICES DE POBREZA

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Economia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Economia, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação: 09 / 12 / 2008

<hr/> Prof. Mestre Eurípedes E. Rocha Prof. orientador	Nota <hr/>
<hr/> Prof. Mestre José Henrique Felix Silva Membro da Banca Examinadora	Nota <hr/>
<hr/> Prof. Dr. Fabio Maia Sobral Membro da Banca Examinadora	Nota <hr/>

Ao meu orientador, pelo tratamento humano e cordial que dedica a todos os seus alunos.

AGRADECIMENTO(S)

A DEUS, pela luz divina que ilumina meus caminhos, dando-me tranquilidade e inteligência para superar os desafios da vida.

Aos meus queridos pais, pelo amor, dedicação e compromisso de dar-me uma educação de qualidade, tornando-me um cidadão humano, consciente e responsável.

Aos meus queridos irmãos, que me deram força e incentivo no momento mais difícil da minha vida, em que tive que trancar minha faculdade e me afastar do seio familiar em busca de um emprego estável.

A minha amada esposa, que sempre acreditou no meu potencial, incentivando-me dia a dia, compartilhando das alegrias e tristezas, cultivando em mim o espírito da superação.

Ao meu amado filho, minha fonte de inspiração, pela qual encontrei serenidade para conciliar os desafios dos estudos, trabalho e família.

Ao grande amigo Aleir de Oliveira Aragão, que contribuiu significativamente nos últimos dois semestres do meu curso, que, sem sua ajuda nos dias árduos de trabalho, me impossibilitaria de assistir às aulas.

Ao querido sobrinho Adriano, pelo apoio durante a realização do trabalho.

A minha estimada sogra D. Maria, pelo apoio e dedicação dado a minha família quando não pude estar perto.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram durante minha vida acadêmica.

“Os desafios e obstáculos que a vida nos impõem, motivam-nos a buscarmos soluções, a superarmos nossos limites, objetivando a concretização de nossos sonhos e ideais”.

RESUMO

O Programa Bolsa Família é o objeto central de análise deste trabalho. Deve-se, primeiramente, analisar o tema da pobreza, que se constitui na negação dos serviços essenciais, na insegurança alimentar, na negação ao bem-estar social, ou seja, o mal-estar social; que está presente em grande parcela da sociedade brasileira. Buscando minimizar os impactos desta mazela, faz-se necessário que o Estado, através de políticas públicas eficazes, promova o equilíbrio social, a justa distribuição da renda, a geração do emprego, a infra-estrutura básica de qualidade, a alimentação saudável, através de um programa de educação alimentar, a interação com os outros segmentos da sociedade, em busca da justa definição de desenvolvimento econômico, que consiste no crescimento econômico conjugado ao bem-estar-social. Como grande parte da população brasileira vivem à margem dos benefícios de uma educação de qualidade, de um programa de saúde eficaz, e de uma alimentação saudável, o problema da falta de renda vem se agravando nas últimas décadas. Como executor das políticas sociais, o Estado lançou, a partir dos anos 90, programas de transferência de renda, com o objetivo de reduzir estes malefícios, distribuindo um benefício para aqueles que não tem renda. Vários programas foram desenvolvidos, até se chegar ao Programa Bolsa Família, que unificou todos os programas anteriores. O Programa Bolsa Família está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social, e beneficia famílias que possuem renda familiar de até R\$ 120,00. Tem como objetivos diminuir os índices de pobreza, da fome e gerar justiça social. Os resultados obtidos, desde sua implementação em 2004, até os dias atuais, são bastante expressivos, mas, por si só, não acaba com o ciclo da pobreza que se propaga de geração a geração. É necessário a adoção de políticas complementares, focadas principalmente no campo da educação, saúde e alimentação, para que se promova o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade como um todo.

Palavras-chaves: Pobreza, Políticas Públicas, Transferência de renda, Bolsa Família

RESUMEN

El Programa Bolsa Família es el central objeto de análisis de esto trabajo. Se debe, primeramente, hacer una análisis del asunto de la pobreza, que se constituye en la negación al bien-estar social, o sea, el mal-estar; que está presente en grande parcela de la sociedad brasileña. Buscando minimizar los impactos de esta enfermedad, se hace necesario que el Estado, a través de efectivas Políticas Publicas, promova el equilibrio social, la justa distribución de renta, la generación de empleo, la infla-estructura básica, la interacción con los otros segmentos de la sociedad, buscando la justa definición de desarrollamiento económico, que consiste en el crecimiento económico junto al bien-estar social. Como grande parte de la población brasileña vive a margen de los beneficios de una educación de calidad, de una acción de salud eficaz, y de una alimentación saludable, el problema de la falta de renta ven de una agodizanse en las ultimas décadas. Como operacionador de las políticas sociales, el Estado hizo, a partir de los años 90, programas de transferencias de renta, con el objetivo de disminuir estas enfermedades distribuyendo un beneficio para aquellos que no tienen renta. Varios programas fueron desarrollados, hasta llegarse al Programa Bolsa Família, que unificó todos los programas anteriores. El Programa Bolsa Família esta vinculado al Ministerio del Desarrollamiento Social, y beneficia familias que tienen renta familiar hasta R\$ 120,00 (cento veinte reales). Tiene como objetivo disminuir los índices de pobreza, del hambre y generar justicia. Los resultados obtenidos, desde su implementación en 2004, hasta hoy día, son muy expresivos, pero, por si solo, no finaliza con la pobreza que se propaga de generación a generación. Es necesario la adopción de políticas complementares, principalmente, en el campo de la salud, para que se promova el desarrollamiento y el bien-estar de la sociedad.

Palabras llaves: Pobreza, Políticas Publicas, Transferencia de Renta, Bolsa Família.

SUMÁRIO

1 INTODUÇÃO	9
2 DEFINIÇÃO, DIMENSÃO E CARACTERÍSTICAS DA POBREZA.....	9
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A POBREZA.....	10
3.1 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	12
3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS PROGRAMAS REMANESCENTES.....	13
3.2.1 O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO.....	14
3.3 BOLSA FAMÍLIA: CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS.....	16
3.3.1 FORMAS DE INGRESSO, TIPOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS.....	17
3.3.2 REPRESENTATIVIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	21
3.3.3 PRINCIPAIS RESULTADOS.....	25
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	34

1 INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno secular. Fruto das desigualdades sociais e econômicas, da desigual distribuição dos benefícios do crescimento econômico, a pobreza contribui significativamente para a ocorrência de problemas e carências ligados à insegurança pessoal, à violência urbana e à desorganização das camadas mais vulneráveis. Diante dessa realidade, constitui o desafio central para as políticas públicas nos dias atuais resgatar a cidadania da população excluída, dando-lhe condições para sua emancipação, por meio da articulação de um conjunto de políticas setoriais virtuosas entre si e que historicamente foram sendo instruídas como paralelas e concorrentes.

2 DEFINIÇÃO, DIMENSÃO E CARACTERÍSTICAS DA POBREZA

A humanidade vem atravessando uma crise econômica e social sem precedentes na história, com vasto empobrecimento de setores da população mundial, agravado com o aumento significativo do desemprego. Vivi-se um paradigma mundial sustentado pela pobreza e pela devastação do meio-ambiente,

De acordo com o doutrinador Márcio Amorim Pochmann (2003, p.25):

A selva da exclusão mostra-se aí intensa e generalizada, com poucos acampamentos de inclusão social, pontuando uma realidade marcada pela pobreza e pela fome, que atinge famílias extensas, jovens, população pouco instruída e sem experiências assalariada formal.

Os mais pobres formaram e, de certa forma ainda o são, um grupo sem poder de pressão e sem posição sócio-ocupacional definida que não foram alvo de políticas sistemáticas e regulares que os beneficiasse. Dados do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas, mensurado pelo Censo Demográfico de 2000, calcula que 35% da população brasileira vivem em extrema pobreza, equivalendo a 57 milhões de pessoas, sendo as regiões Norte e

Nordeste as de maior concentração da pobreza extrema, com aproximadamente 14 milhões de pessoas nessa situação.

Apenas recentemente, após a década de 90, a pobreza, como um problema social a ser enfrentado pela sociedade como um todo e pelo Estado em particular, ganha espaço como tema de debate entre os governos e ações voltadas especificamente para a redução das desigualdades sociais passaram a ser implementadas. Para subsidiar as reflexões sobre os Programas de Transferência de Renda, a pobreza é aqui concebida como fenômeno multidimensional. Nesse sentido, não pode ser vista como mera insuficiência de renda, pois é também desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é falta de alimentação básica, nutritiva e de qualidade, é não acesso a serviços básicos; à informação; ao trabalho e a uma renda digna; é não participação social e política. A pobreza se apresenta de diversas formas e combatê-la implica executar ações com visão de curto, médio e longo prazo para que ela deixe de ser ligada à estrutura da sociedade e pare de se reproduzir a cada geração.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA

Nos anos 1990, o maior esforço de Política Pública direcionada para a população brasileira pobre foi inicialmente o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), criado em 1993 pelo Presidente Itamar Franco (1993-1994). O PCFM constituiu-se na incorporação de um movimento de mobilização nacional liderado por Hebert de Sousa, o Betinho, cuja inovação foi propor a articulação e mobilização de recursos institucionais, humanos e organizacionais. Era orientado pelos princípios da parceria, descentralização e da solidariedade, objetivando combater à fome, enquanto problema urgente em expansão, com desdobramento que se propunha estender-se ao enfrentamento da miséria, tendo como público alvo 32 milhões de indigentes diagnosticados pelo Mapa da Fome, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Tratava-se de

uma população que só detinha uma renda de um quarto de salário mínimo, suficiente apenas para comprar uma cesta de alimentos.

O PCFM foi substituído no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pelo Programa Comunidade Solidária, principal estratégia para enfrentamento da pobreza nesse governo. Segundo a professora Maria Osanira da Silva (apud BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001, *on line*): “É apresentado como nova estratégia para fazer face à pobreza e a exclusão social, mediante ações descentralizadas, com participação e parceria da sociedade”.

O Comunidade Solidária, enquanto uma estratégia de articulação se propunha a agir em duas frentes: gerenciamento de programas de diferentes ministérios que apresentassem maior potencialidade de impacto sobre a pobreza, recebendo um selo de prioridade; identificação dos municípios de maior concentração de pobreza onde esses programas deveriam ser desenvolvidos.

Dando continuidade à política de descontinuidade e fragmentação, foi instituído em julho de 1999, o Programa Comunidade Ativa, por recomendação do Conselho do Comunidade Solidária, propondo-se a superar o assistencialismo mediante a indução do desenvolvimento local, integrado e sustentável de municípios pobres em todo o país. A proposta era o desenvolvimento de uma agenda local integrada por programas indicados pela comunidade e implementados com parceria do Governo Federal, estadual e municipal e a comunidade.

Em junho de 2001 foi criado o Fundo de Combate à Pobreza que passou a financiar programas de transferência de renda associados à educação, ações de saneamento e geradoras de emprego, por serem áreas de maior impacto sobre a pobreza.

Em julho de 2001 foi criado o Programa de Combate à Miséria, denominado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-14), posteriormente denominado Projeto Alvorada, direcionado,

prioritariamente, aos bolsões de miséria das regiões Norte e Nordeste, posteriormente estendido para outros Estados com municípios com IDH inferior a 0,50.

3.1 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Chegou então o governo a organizar o que denominou de Rede de Proteção Social constituída por 12 programas, tendo em comum a transferência de renda para famílias e indivíduos, a partir de quando fica evidente a centralidade dos Programas de Transferência de Renda enquanto ações prevalentes para o enfrentamento da pobreza no Brasil. Os programas de transferência de renda surgiram como uma alternativa para combater a pobreza e como possibilidade de dinamização da economia, principalmente em pequenos municípios, como é o caso da experiência brasileira. Eles foram concebidos segundo a idéia de que o beneficiário tem autonomia para definir como melhor utilizar o benefício por saber quais são suas necessidades mais urgentes.

Essa transferência, no contexto da experiência brasileira é articulada a ações de prestação de serviços principalmente no campo da educação, saúde e trabalho na perspectiva de que a renda monetária transferida, juntamente com as ações desenvolvidas, possibilite a autonomização das famílias beneficiárias.

Os pressupostos que têm sustentado a formulação e a implementação desses programas são de que o custo oportunidade para famílias pobres manterem seus filhos na escola são muito elevados em razão da renda muito baixa e instável dessas famílias que necessitam da participação do trabalho infantil para permitir a sobrevivência do grupo familiar. Outro argumento é que a baixa formação educacional das famílias pobres constitui fator determinante na impossibilidade da elevação da renda dessas famílias.

A situação decorrente desses dois fatores produz e reproduz o ciclo vicioso da pobreza de geração a geração, determinando a pobreza do presente e reproduzindo a pobreza futura. Nesse sentido, os Programas de Transferência de Renda são postos para definir uma compensação financeira para famílias pobres poderem permitir que seus filhos possam freqüentar a escola, ir ao posto de saúde e os adultos possam participar de cursos de alfabetização, de formação profissional e outras ações. O objetivo é criar condições para que o grupo familiar consiga romper com o ciclo reprodutor da pobreza. Por conseguinte, os Programas de Transferência de Renda visam possibilitar uma articulação entre a medida compensatória de transferência monetária com ações estruturais, no campo da educação, saúde e trabalho tendo em vista possibilitar a autonomização de famílias pobres.

Segundo o pensamento da professora Ana Marlúcia de Oliveira Assis (2005, *on line*), podemos embasar o pensamento acima descrito:

Não há dúvida de que os programas de transferência de renda, voltados para qualquer campo social, representam um mecanismo de diminuição das mazelas mais perversas da pobreza, da iniquidade social e econômica que é a fome. Para uma expressiva parcela da população brasileira que vive abaixo da linha da pobreza, os programas de transferência de renda se expressam diretamente na melhoria das condições materiais de vida e indiretamente na melhoria da auto-estima da mulher e de todos os membros da família beneficiária promovendo ainda a integração familiar.

A primeira experiência em nível nacional de instituição de um programa de transferência de renda foi o Programa Bolsa Escola, criado em 1996. Outras experiências em nível municipal já haviam sido implementadas, mas somente na segunda metade dos anos 90 é que este tipo de política social ganha espaço.

3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS PROGRAMAS REMANESCENTES

O primeiro governo do Presidente Lula (2003-2006) trouxe um discurso de prioridade ao combate à fome e a pobreza e implementou o Programa Fome Zero. Diante de problemas na

execução deste programa, decidiu-se incorporá-lo à estrutura já estabelecida de políticas de transferência de renda, buscando integrar todas as iniciativas num único cadastro, constituindo o Bolsa Família, que passou a ser o principal programa do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Segundo a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004, os programas de transferência de renda, cujos procedimentos de gestão e execução foram unificados pelo Programa Bolsa Família, que passaram a ser chamados de Programas Remanescentes são:

1. Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação: Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, com o objetivo de incentivar a permanência de crianças de famílias pobres na escola.
2. Programa Nacional de Acesso à Alimentação: Cartão Alimentação, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2006, já no governo Lula, não sendo concebido com a intenção de substituir os outros programas de transferência de renda, mas fortalecer um piso que assegurasse a alimentação das famílias pobres.
3. Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, dirigido à melhoria das condições de saúde e nutrição de gestantes e lactantes (mães que estejam amamentando filhos com até seis meses de idade) e também para crianças com seis meses a seis anos e onze meses de idade.
4. Programa Auxílio Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002., com o objetivo de subsidiar, para as famílias pobres, a compra de botijão de gás para cozinhar.

3.2.1 O PROCESSO DE UNIFICAÇÃO E INTEGRAÇÃO

A integração é um processo demorado, por meio da qual se buscou superar as limitações

que os programas tinham isoladamente e que poderiam continuar a manter caso fossem simplesmente somados.

Os programas hoje chamados de remanescentes foram concebidos de forma independente e assim se mantiveram; eles eram como partes que não formavam um todo. Cada programa tinha sua própria estrutura administrativa, sua forma específica de selecionar beneficiários e mecanismos para repassar os recursos. Este isolamento dos programas contribuiu para o surgimento de ineficiências, dispersão e sobreposição de esforços que contribuíram para a perda de oportunidades de importantes sinergias. A unificação dos programas por meio do Bolsa Família contribuiu para superar, em parte, essa disparidade, pois os benefícios têm o mesmo valor em todas as regiões. É importante destacar que embora a concessão do mesmo valor de benefício para todas as regiões não contemple os diferentes poderes aquisitivos, esta estratégia se aproxima mais da equidade no tratamento dos beneficiários de diferentes regiões do que a anteriormente adotada cujos programas não comunicavam entre si e, conseqüentemente, não tinham um foco para contemplar as desigualdades regionais.

Ao se propor a integração buscou-se estabelecer um novo marco para a política social do país que se distinguísse da tradição assistencial e fragmentada, buscando a otimização dos mecanismos de gestão para que o uso dos recursos fosse mais racional. Apoiou-se em quatro alicerces: segurança alimentar, saúde, educação e cidadania participativa. Esse novo programa deveria ser capaz de fornecer um benefício cujo piso assegurasse o direito inalienável à alimentação que é a base da vida. O programa foi pensado com o intuito de combater a fome como um caminho mais curto para atingir o núcleo duro da pobreza e com isso ser um ponto de convergência e articulação de ações voltadas para desfazer o círculo vicioso da exclusão e do assistencialismo em que populações pobres estão envolvidas. Espera-se, portanto gerar justiça

social.

3.3 BOLSA FAMÍLIA: CRIAÇÃO, DEFINIÇÃO, OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, sendo coordenado, gerido e operacionalizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome é um programa de transferência de renda direta com condicionalidades, beneficiando famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Visa assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a erradicação da pobreza e da extrema pobreza, promovendo a inclusão social e contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram.

O Programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza: promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; contribuição ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio do cumprimento das condicionalidades; coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. As condicionalidades são as contrapartidas exigidas dos beneficiários, que são: manter as crianças e adolescentes em idade escolar freqüentando a escola, cumprir os cuidados básicos em saúde, ou seja, o calendário de vacinação para as crianças entre zero e seis anos e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação. A principal inovação do programa Bolsa Família está em eleger toda a família como a unidade de sua intervenção, e não mais cada um de seus membros isoladamente, pela constatação óbvia de que a pobreza em um país com a magnitude e a

diversidade do Brasil apresenta várias formas de manifestação.

O Programa Bolsa Família pauta-se em cinco características:

1. ter como objeto a família em seu conjunto;
2. entender que programas de transferência de renda não constituem um fim em si, porque isoladamente não são suficientes para garantir que essas famílias, sem ações públicas complementares, vejam aumentada sua possibilidade de geração autônoma de renda, uma vez desligadas do programa;
3. buscar parcerias com Estados e Municípios, promovendo um processo de descentralização pactuada entre os entes da federação;
4. criação de critérios públicos e universais de inclusão e exclusão do programa, orientados por uma concepção não punitiva, mas contratual quanto às condicionalidades exigidas (frequência escolar, carteira de vacinação das crianças completa e consultas pré-natal);
5. ênfase nos mecanismos de controle social e público sobre sua implementação.

3.3.1 FORMAS DE INGRESSO, TIPOS E VALORES DOS BENEFÍCIOS

Para fazer parte do programa Bolsa Família as famílias devem ter renda de até R\$ 120,00 reais por pessoa e estarem cadastradas no Cadastro Único para programas sociais (CAD Único). Instituído em outubro de 2001, o CAD Único é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza no país, permitindo que os programas de superação da pobreza cheguem até elas. Cada indivíduo cadastrado recebe um número de identificação social (NIS), o que possibilita que o CAD Único seja um valioso instrumento para formulação e gestão das políticas públicas a ser utilizado por todos os entes federados, permitindo que o poder público convirja suas políticas e programas para um público alvo comum, otimizando recursos e potencializando esforços no sentido de implementar políticas

solidárias entre si.

Cada município tem uma estrutura de famílias pobres, considerada como a meta de atendimento do programa naquele município. Essa estimativa tem como referência os dados do Censo de 2000 e da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), ambos do IBGE. O cadastramento não implica a entrada imediata dessas famílias, sendo a seleção feita de forma automatizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, tendo como critério principal a renda per capita da família e são incluídas primeiro as famílias com a menor renda.

Os valores pagos pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 20,00 a R\$ 182,00 reais, de acordo com a renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O Programa Bolsa Família tem três tipos de benefícios: básico; variável e o variável vinculado ao adolescente. O benefício básico, de R\$ 62,00 é pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 60,00 reais por pessoa, mesmo que não tenham crianças, adolescentes ou jovens. O benefício variável, de R\$ 20,00 reais, é pago as famílias pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 120,00 reais por pessoa desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Cada família pode receber até três benefícios variáveis. O benefício variável vinculado ao adolescente, de R\$ 30,00 reais, é pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos freqüentando a escola, limitado ao recebimento de até dois benefícios. Sua finalidade é transferir renda para quem não tem ou tem renda muito baixa, mas, por outro lado, não tem a capacidade de resolver todos os problemas.

No Brasil, a pobreza é um fenômeno complexo e tem determinantes que a reproduzem permanentemente. É preciso que, junto com a transferência de renda, tenhamos outras políticas públicas capazes de romper com esse ciclo de geração de pobreza que nega a cidadania a milhões de brasileiros.

A insegurança alimentar grave está fortemente associada à baixa escolaridade; à exclusão do mercado formal de trabalho; a concentração de terra na zona rural, que provoca o êxodo para as grandes cidades, contribuindo para a ocupação desordenada e a formação de favelas; à precariedade no acesso a serviços públicos, como saneamento básico. Políticas públicas capazes de atacar estes problemas aumentam as condições das famílias de superar a pobreza. Os beneficiários fazem uso do recurso para comprar mais alimentos e variar sua alimentação. Para muitos, o programa Bolsa Família é a única renda regular garantida, o que permite que ao menos o arroz e o feijão estejam garantidos todo mês. Há grande impacto também na variedade, em que as famílias passam a comer mais carne, leite, legumes e verduras. Por outro lado, também aumenta o consumo de alimentos não-nutritivos e calóricos, como biscoitos e industrializados.

O Programa Bolsa Família aumenta o poder de escolha e de compra dos alimentos, o que é ótimo, mas não significa, necessariamente, uma alimentação mais saudável. Por isso, há a necessidade de programas direcionados para a educação alimentar, principalmente nas escolas; de iniciativas que aumentem a oferta de alimentos adequados e pouco consumidos, como legumes, verduras e frutas a preços mais acessíveis.

O Programa Bolsa Família não faz com que as pessoas se acomodem e deixem de buscar trabalho, a não ser em casos em que há exploração de mão-de-obra ou quando o trabalho é de extrema precariedade. Alguns expressam o desejo de receber o benefício para sempre. Este é o caso daqueles que vivem sob as condições mais extremas de pobreza e em municípios onde não há muitas alternativas de inserção no mercado de trabalho.

Famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 por pessoa

Número de crianças	Número de	Tipo de	Valor do
--------------------	-----------	---------	----------

e adolescentes de até 15 anos	jovens de 16 e 17 anos	benefício	benefício
0	0	Básico	R\$ 62,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 82,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 102,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 122,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 92,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 112,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 132,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 152,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 122,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 142,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 162,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 182,00

Famílias com renda familiar mensal de R\$ 60,01 a R\$ 120,00 por pessoa

Número de crianças	Número de	Tipo de	Valor do
--------------------	-----------	---------	----------

e adolescentes de até 15 anos	jovens de 16 e 17 anos	benefício	benefício
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 20,00
2	0	2 variáveis	R\$ 40,00
3	0	3 variáveis	R\$ 60,00
0	1	1 BVJ	R\$ 30,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 50,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 70,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 90,00
0	2	2 BVJ	R\$ 60,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 80,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 100,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 120,00

Quadro 1: Tipo e valor do benefício.

Fonte: Ministério de Desenvolvimento Social

3.3.2 REPRESENTATIVIDADE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Apresentamos algumas informações sobre a representatividade do Programa Bolsa Família que atende a 11 milhões de famílias em todos os municípios brasileiros, estando bem focalizado, ou seja, efetivamente chega às famílias que dele necessitam, contribuindo de forma significativa

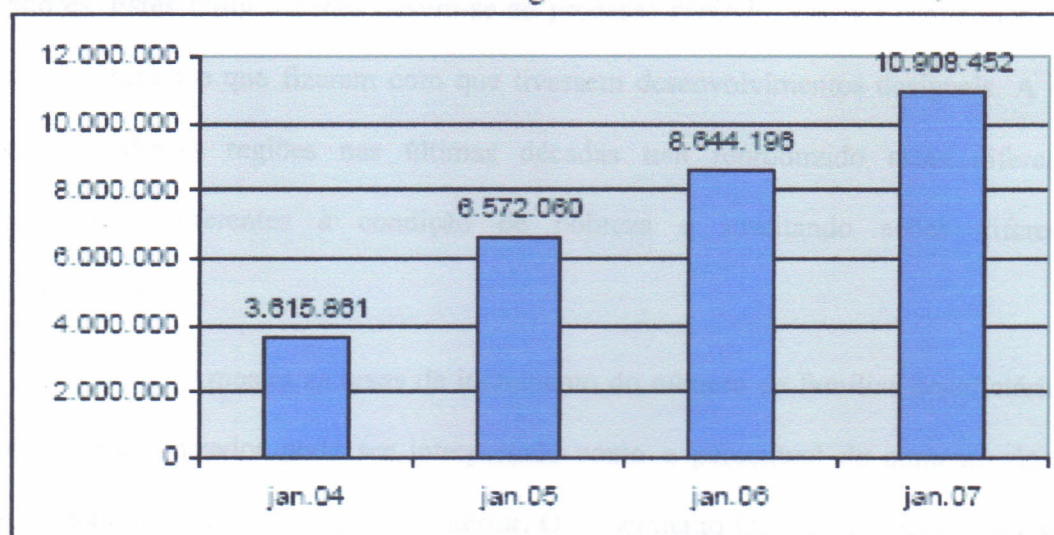
para a redução da extrema pobreza e da desigualdade e para a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias.

Marcelo Néri (2005, *on line*) demonstra que em 2004 houve uma queda de 8% da miséria no Brasil. Em complemento a isso, afirma: “Apesar de alguma desaceleração do crescimento do PIB e na geração de trabalho, a continuidade da expansão do Bolsa Família, atingindo 8,7 milhões de famílias no final de 2005 e, em particular, o ganho real de 9% do salário mínimo já ocorrido em 2005 levou a uma redução da miséria superior àquela observada em 2004”.

Ainda sobre sua representatividade, o Programa Bolsa Família, como pode ser comprovado pelo gráfico 1, seguiu sua trajetória de expansão do número de beneficiários alcançando, no início de 2007, quase 11 milhões de famílias atendidas.

GRÁFICO 1

Número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - Brasil, 2004 - 2007



Fonte: Matriz de Informação Social

Especificando um pouco mais o foco de análise, a Tabela 2 mostra o número de famílias pobres e a população total para as grandes regiões do Brasil para o ano de 2004. Como pode ser

observado, a Região Nordeste é a que apresenta o maior número de pobres, quase 5 milhões e meio representando 49,5% das famílias pobres do Brasil. Em seguida vem a Região Sudeste (26,9%), Norte (9,8%), Sul (8,3%), e Centro Oeste (5,4%).

TABELA 2

Estimativa de famílias pobres e população total segundo grandes regiões – Brasil, 2004

	Números absolutos		Porcentagens	
	Famílias pobres	População total	Famílias pobres	População total
Região Norte	1.083.681	14.064.278	9,76	7,86
Região Nordeste	5.499.039	49.865.327	49,53	27,84
Região Sudeste	2.995.750	78.333.626	26,98	42,62
Região Sul	927.034	28.315.184	8,35	14,69
Região Centro-Oeste	597.260	12.541.981	5,38	7,00
Total	11.102.764	179.120.375	100,00	100,00

Fonte: MI Social, DATASUS.

O Nordeste, embora seja a segunda região mais populosa é a que concentra maior número de pobres. Estas desigualdades devem-se ao processo sócio-histórico e econômico pelo qual as regiões passaram e que fizeram com que tivessem desenvolvimentos desiguais. A organização econômica dessas regiões nas últimas décadas tem reproduzido estas diferenças dando características diferentes à condição de pobreza e suscitando ações diferenciadas de enfrentamento.

Já a tabela 3 mostra as taxas de incremento do número de famílias beneficiárias do Bolsa Família. Este indicador pode ser interpretado como o percentual de aumento do número de famílias num período em relação ao anterior. O crescimento foi mais expressivo no primeiro ano de análise porque o programa estava começando e era necessário que ele tivesse uma forte expansão. Nos anos seguintes este crescimento continuou a ocorrer, mas em níveis inferiores aos primeiramente registrados. Direcionando a análise para os diferenciais regionais percebe-se, no

primeiro período analisado, que as regiões mais desenvolvidas são as que tiveram maior incremento como foi o caso do Sudeste e Sul. No entanto, no período final de análise, as regiões menos desenvolvidas tiveram uma expansão maior. As regiões Norte e Nordeste, diferentemente das outras, não seguiram a trajetória linear de diminuição do incremento observado nos três períodos em análise e de janeiro de 2006 a janeiro de 2007 tiveram um incremento anual superior àquele alcançado no período anterior.

Tabela 3:
Taxa de incremento do número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família segundo Grandes Regiões e Brasil (em percentual).

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
jan.04 - jan.05	89,2	58,1	136,4	99,1	133,8	81,8
jan.05 - jan.06	34,4	27,3	32,4	37,4	55,5	31,5
Jan.06 - jan.07	44,4	28,5	23,4	5,5	34,3	26,9

Fonte: Elaborado a partir da MI Social.

Outro ponto de análise interessante a ser observado é cruzando as informações por tamanho da população total dos municípios. Na Tabela 4 é apresentada a população total, a estimativa de famílias pobres em 2004 elaborada pelo IPEA e o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em janeiro de 2007 por faixa de tamanho do município. Percebe-se que os municípios com até 50.000 habitantes concentravam cerca de 34% da população do país, no entanto, neles residiam cerca de 51% das famílias pobres em 2004 e 52% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família em janeiro de 2007. Ou seja, embora concentrem um menor volume de população, esses municípios têm um volume mais expressivo de famílias pobres que os municípios maiores e também de beneficiários. Já os municípios de mais de 500.000 mil habitantes, onde residiam 29,7% da população nacional, reuniam 18,8% das famílias pobres brasileiras e 16% das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família.

Tabela 4:

População total estimada para 2007, estimativa de famílias pobres em 2004 e famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família segundo faixas de tamanho da população do município.

	População total – 2007	Estimativa de famílias pobres em 2004 IPEA	Famílias beneficiárias do PBF em jan. de 2007
Números absolutos			
Até 10.000 hab	13.824.747	1.292.829	1.292.258
10.000 a 20.000 hab	18.432.048	1.754.265	1.774.997
20.001 a 50.000 hab	31.755.821	2.617.900	2.653.064
50.001 a 100.000 hab	21.637.077	1.386.870	1.437.754
101.000 a 500.000 hab	47.429.960	1.962.687	1.960.496
500.001 a 1.000.000 hab	16.271.049	659.304	583.503
mais de 1.000.000 hab	39.984.485	1.428.910	1.206.382
Total	189.335.187	11.102.764	10.908.452
Valores percentuais			
até 10.000 hab	7,30	11,64	11,85
10.000 a 20.000 hab	9,74	15,80	16,27
20.001 a 50.000 hab	16,77	23,58	24,32
50.001 a 100.000 hab	11,43	12,49	13,18
101.000 a 500.000 hab	25,05	17,68	17,97
500.001 a 1.000.000 hab	8,59	5,94	5,35
mais de 1.000.000 hab	21,12	12,87	11,06
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: MI Social, Datasus.

3.3.3 PRINCIPAIS RESULTADOS

Interessado em avaliar o impacto do PBF, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) realizou estudos, que foram publicados pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI). Por meio dessa publicação foi possível conhecer a efetividade do PBF. No que diz respeito à saúde, o impacto do PBF sobre a imunização de crianças de 0 a 6 anos de idade não alterou a condição de vacinação das crianças, em virtude do programa de vacinação ter sido uma prioridade do Ministério da Saúde. No que se refere ao efeito das condicionalidades de educação, a mesma avaliação destaca resultados positivos. Entre as famílias beneficiárias, a frequência à escola por parte das crianças com idade entre 7 e 14 anos é maior em 3,6% em comparação com as crianças de famílias pobres que não recebem o benefício e que a evasão escolar é menor entre crianças beneficiárias do PBF do que em lares que não recebem o benefício. Outro resultado divulgado foi com relação as mudanças na condição social das mulheres beneficiárias. Foram

detectadas três principais transformações ocasionadas pelo Bolsa Família.

Em primeiro lugar, destaca-se o aumento do poder de compra das beneficiárias do programa. Em segundo, observa-se uma afirmação das mulheres no espaço doméstico. Por fim, um terceiro impacto se relaciona à percepção do exercício da cidadania por parte das beneficiárias, muitas das quais, em virtude da necessidade de providenciarem documentos para se cadastrarem no Bolsa Família, tais como carteira de identidade e certidão de nascimento, perceberam, pela primeira vez, que são parte de um espaço social que vai além dos limites da vizinhança.

Recentemente, em junho de 2008, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) divulgou uma pesquisa que teve como principais objetivos conhecer o perfil das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, as formas pelas quais acessam a alimentação e os impactos na segurança alimentar e nutricional. Por definição, a segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todas as pessoas ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

Segundo a pesquisa realizada pelo IBASE, foram entrevistados 5 mil titulares, em 229 municípios distribuídos por todas as regiões brasileiras. Seguem abaixo os principais resultados extraídos da referida pesquisa.

1. PERFIL DOS TITULARES:

- A maioria dos titulares são mulheres, 94%
- 27% das titulares são mães solteiras
- A idade das titulares compreende a faixa etária de 15 a 49 anos
- A etnia, em sua maioria, são pretos ou pardos
- 78% das famílias residem em área urbana e 22% em áreas rurais

- 81% dos titulares sabem ler e escrever, sendo que 56% estudaram até o ensino fundamental

2. USO DOS RECURSOS

- O dinheiro do PBF é gasto principalmente com: alimentação(87%), material escolar(46%), vestuário(37%), remédios(22%), gás(10%), luz(6%), tratamento médico(2%), água(1%).
- Os valores gastos com alimentação, R\$ 200,00 em média, representa 56% da renda familiar total
- Os valores gastos com alimentação são diretamente proporcionais ao nível de pobreza, ou seja, o mais pobre destina maior parte de sua renda para a alimentação

3. MUDANÇAS NO CONSUMO

- Após o recebimento do benefício, aumentou o consumo de: arroz e cereais(76%), leite(68%), biscoitos(63%), industrializados(62%), carnes(61%), feijões(59%), óleos(55%), frutas(55%), ovos(46%).
- aumento no consumo de proteínas de origem animal, leite e seus derivados
- as modificações na alimentação das famílias se diferenciam da tendência nacional no que diz respeito ao aumento do consumo de arroz(76%) e feijão(59%), alimentos que vêm declinando na dieta da população brasileira
- O consumo de arroz e feijão aumentou entre as famílias de mais baixa renda
- o consumo de alimentos com maior densidade calórica e menor valor nutritivo prevalecem na escolha dos beneficiários. O comportamento desfavorável do padrão alimentar contribui para o aumento da prevalência de excesso de peso e da obesidade, como também de doenças, certos tipos de câncer e outras enfermidades
- famílias priorizam a compra e o consumo de alimentos considerados básicos e de preços baixos, capazes de saciar a fome, a consumo de alimentos supérfluos, aqueles ligados ao desejo, principalmente o dos filhos

- famílias que já tinham a alimentação básica suprida, houve um aumento na aquisição de alimentos considerados complementares, como frutas, verduras, legumes e carnes
- famílias que não tinham alimentação básica suprida, houve aumento significativo nos produtos básicos, como arroz e feijão
- a regularidade no recebimento do benefício, e o conseqüente aporte na renda, modificou o padrão de consumo das famílias atendidas

4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- aumento na quantidade de alimentos que já consumiam, 74%
- aumento na variedade de alimentos consumidos, 70%
- aumento na aquisição de alimentos que os filhos gostam, 63%

Há de se observar, entretanto, que apesar do aumento na quantidade, na variedade e no poder de escolha, 21% encontram-se em situação de insegurança alimentar grave, que consiste na fome entre adultos e/ou crianças da família; 34% estão em situação de insegurança alimentar moderada, que consiste na restrição na quantidade de alimentos da família; 28% estão em situação de insegurança alimentar leve, que consiste na preocupação em relação ao consumo no futuro, apesar de não haver falta de alimento no presente e, 17% estão em situação de segurança alimentar e nutricional. Mesmo com a percepção de aumento na quantidade e na variedade dos alimentos, a partir do recebimento do benefício do PBF, a situação da insegurança alimentar é alta. Do ponto de vista das políticas públicas, o programa é importante para melhorar as condições de vida das famílias, embora, por si só, não garanta índices satisfatórios de segurança alimentar, questão associada a um quadro de pobreza mais amplo. É necessário manter e aprofundar o programa, associando-o a outras políticas públicas capazes de atacar problemas como a falta de saneamento básico e de acesso ao mercado formal de trabalho, fatores que

guardam correlação com a insegurança alimentar. Oferta de alimentos mais baratos, ampliação de alimentação escolar para o ensino médio, entre outras, são também políticas governamentais que poderiam contribuir para uma melhoria nos índices de segurança alimentar e nutricional.

5. FORMAS DE ACESSO À ALIMENTAÇÃO

▪ *compra de alimentos no mercado, 96,3%*

67,9% realizam compras em supermercados e mercados de médio porte. Neste caso, 35,2% afirmam realizar compras a prazo;

63,8% realizam compras em pequenos mercados de bairro. Neste caso, 48,2% afirmam realizar compras a prazo;

38,8% fazem compras em feiras e mercados municipais.

Vale salientar que a compra em mercados é a principal forma de acesso aos alimentos em todas as regiões do país o que faz da renda condição primordial para tal. Tanto em áreas urbanas como rurais, os supermercados e mercados de médio porte são os principais locais de compra de alimentos. Detectou-se que o recebimento do benefício amplia a possibilidade de compra a crédito por parte do titular do cartão, já que há garantia de renda.

▪ *alimentação na escola, 33,4%*

83,4% que freqüentam a escola ou creche recebem merenda gratuita. Destes, 71,4% comem a merenda todos os dias;

32,9% declaram que a alimentação da família piora durante as férias escolares.

A alimentação escolar aparece como a segunda forma mais importante de acesso à alimentação. Torna-se evidente a importância da alimentação na escola para o orçamento doméstico, pois gera menos gastos em casa com a alimentação das crianças.

▪ *ajuda de parentes e amigos, 19,8%*

A solidariedade entre a população pobre e extremamente pobre gera redes de apoio em situação de escassez alimentar.

- *produção de alimentos para consumo próprio, 16,6%*

Mais relevante para famílias que vivem em áreas rurais;

O acesso à terra e a políticas de fortalecimento da agricultura familiar, como pode ser observado no caso dos assentamentos rurais, aumentam as chances de as famílias atingirem a condição de segurança alimentar e nutricional.

- *caça, pesca e extrativismo, 8,5%*

Mais relevante para famílias que vivem em áreas rurais;

Como alerta aos problemas relacionados ao meio-ambiente, fica evidente que estas práticas de caça, pesca e extrativismo, vêm diminuindo cada vez mais, dado o acelerado processo de devastação ambiental, causando impactos negativos na oferta de alimentos encontrados na natureza.

6. SAÚDE, SANEAMENTO E SERVIÇOS BÁSICOS

- 38,5% possuem, pelo menos, uma pessoa com problema crônico de saúde
- 42,6% têm acesso à rede de esgotos, percentual muito baixo, corroborando para a incidência de mazelas
- 70,3% têm o gás de botijão como principal energia para cozinhar, trazendo reflexos positivos com relação a diminuição da poluição, proveniente da queima da lenha e do carvão

7. TRABALHO, RENDA E PERMANÊNCIA NO PROGRAMA

- 99,5% exercem algum tipo de trabalho, não deixando de exercê-lo por causa do recebimento do benefício
- 73% têm a noção do programa como algo temporário, apesar de 19% acharem que devam receber o benefício para sempre

Ressalta-se que o recebimento do benefício não faz com que as pessoas deixem de procurar trabalho. Só há abandono de trabalho quando este é de extrema precariedade, o que inclui situações de trabalho semelhantes à escravidão.

8. RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO

- titularidade do programa é preferencial às mulheres

87,5% dos titulares acham que a titularidade deve ficar no nome da mulher;

64% afirmam que as mulheres conhecem melhor as necessidades da família e tendem a gastar o benefício com alimentação da família, principalmente com a dos filhos;

Há um consenso por parte dos beneficiários como dos gestores em relação à titularidade preferencial às mulheres.

- 48,8% das mulheres titulares afirmam que passaram a sentirem-se mais independentes após o recebimento do benefício

- 39,2% afirmam que aumentou seu poder de decisão em relação a renda da família

A repercussão do recebimento do benefício para o acesso a outras políticas públicas por parte das titulares é maior na área de saúde, na qual 42% disseram que receber o benefício do PBF aumentou a frequência aos serviços de saúde e 33% realizaram exames pelo SUS. Na área de educação, 12,5% afirmam que passaram a freqüentar curso de educação formal a partir do recebimento do benefício, 10% passaram a participar de curso de alfabetização.

O Programa Bolsa Família traz resultados na vida das mulheres, como o aumento de sua independência financeira, melhora substancial da auto-estima, na qual passou a se preocupar mais com saúde e educação, maior influência no planejamento familiar e, principalmente, no respeito que conquistaram no âmbito familiar e na comunidade.

9. FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

- 25% dos titulares ficaram sabendo do programa por intermédio de amigos e parentes, 23% na

escola e 21% pelos canais de comunicação, como rádio e televisão

- 74% disseram não saber porque as famílias recebem valores diferentes
- gestores locais do PBF nos Municípios mostraram que nem sempre estão preparados para dar informações, principalmente com relação a inclusão/exclusão e alteração no valor do benefício
- 64% dos titulares concordam com a exclusão do PBF caso não cumpram com as condicionalidades exigidas
- 68% dos beneficiários não sabem fazer denúncias de irregularidades
- 90% dos beneficiários não conhecem em seu município nenhum conselho ou forma de participação da comunidade no que diz respeito ao controle social

Existe grande fragilidade por parte das instâncias que recebem a responsabilidade do controle social. Geralmente são conselhos de assistência social que já se consideram sobrecarregados com outras funções.

4 .CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale destacar dentro do trabalho realizado a preferência das mulheres para serem as titulares dos benefícios. Isto, em virtude das mesmas terem mais consciência, responsabilidade e cuidado com todo o grupo familiar. Dentro deste contexto, as mulheres passaram a ter mais representatividade, maior respeito e auto-estima. Passaram a freqüentar mais os postos de saúde, foram reconhecidas como cidadãs brasileiras, pois muitas das beneficiárias sequer tinham certidão de nascimento.

Com relação à utilização do benefício para a compra de material escolar, evidenciamos que está logo atrás da alimentação, em virtude da preocupação do beneficiário com o cumprimento da condicionalidade da educação. Mas por outro lado, é preciso que o Estado subsidie a compra do material escolar de qualidade e suficiente para o ano letivo.

Tratando da condicionalidade da saúde, verificamos que existe, mesmo dentro das famílias

que recebem o benefício, problemas crônicos de saúde, como obesidade e outros tipos de enfermidades. Percebe-se a necessidade de outros programas que interajam com o Programa Bolsa Família para melhorar os índices de saúde, como programas de educação alimentar, subsídios para aquisição de alimentos nutritivos e de qualidade a preços mais acessíveis aqueles que só dispõem do benefício do Bolsa Família.

Outro ponto de relevância e destaque é que com a garantia mensal de renda, os beneficiários passaram a comprar maior quantidade de alimentos em virtude da possibilidade de compra a crédito, que além de saciar a fome, passaram a satisfazer as preferências dos filhos.

De acordo com o MDS, o Programa Bolsa Família está bem focalizado, chegando às famílias que dele necessitam e que atendem aos critérios da lei, contribuindo significativamente para a redução da extrema pobreza e da desigualdade, melhorando a situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Embora seja eficaz no combate à pobreza, é preciso que, junto com a transferência de renda, tenhamos outras políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, educação, geração de trabalho e renda e saneamento básico para romper com esse ciclo de geração de pobreza.

Outro ponto que precisa ser aprimorado é com relação ao controle por parte dos gestores e da sociedade. Alguns gestores municipais não estão preparados para auxiliar os beneficiários, por não terem conhecimento aprofundado de como funciona o programa. Existe fragilidade dos órgãos de acompanhamento e controle, que por muitas vezes são conselhos de assistência social que já estão sobrecarregados com outras funções.

Não há, no corpo do programa uma diretriz clara quanto à efetiva criação de estímulos a não dependência do beneficiário para com esta transferência, principalmente no tocante a educação, fator primordial para se alcançar um trabalho digno, capaz de suprir com as necessidades básicas e promover o bem-estar social.

5.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família*. Brasília, 2005. Disponível em:<www.mds.gov.br>. Acesso em:20 jun. 2008.

CARDOSO JR., José Celso e JACCOUD, Luciana. *Políticas sociais no Brasil: Organização, abrangência e tensões na ação estatal*. IN: JACCOUD, Luciana. *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

COHN, Amélia. *Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em:<<http://www.forumnacional.org.br>>. Acesso em: 05 jun. 2008.

IBGE. *Aspectos complementares de educação e acesso a transferência de renda de programas sociais*, 2004. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2004)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

IPEA. *Radar Social 2005*, Brasília: IPEA, 2005.

LAVINAS, Lena e VARSANO, Ricardo. *Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza*. Brasília: IPEA, 1997. Texto para discussão nº 534.

MDS. Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

MESQUITA, Camile. *Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003-2006*. In: *Revista do Serviço Público*, vol.57, nº 4-

Out/Dez 2006. Brasília: ENAP, 2006.

NERI, M. *Miséria em queda: mensuração, monitoramento e metas*. Centro de políticas sociais – FGV. Rio de Janeiro, FGV, 2005. Disponível em:<<http://www.fgv.br>>. Acesso em: 11 ago.2008.

PNUD. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília, 2003. Disponível em:<<http://www.pnud.org.br>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

POCHAMNN, Márcio; AMORIM, Ricardo. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: Afinal de que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Silva, Ozanira. YAZBEK, Maria. GIOVANNI, Geraldo. *A política social brasileira no século XXI. Prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, Fábio Veras; SOARES, Sergei; MEDEIROS, Marcelo; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *Programas de Transferência de renda no Brasil; impactos sobre a desigualdade*. Brasília: IPEA,2006.